



Atividade Econômica e Mercado de Trabalho no Quadro da Pandemia

Este boletim traz uma análise regional dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, com foco nos estados brasileiros, sobretudo no estado de São Paulo. Inicialmente são apresentados alguns indicadores de atividade econômica, complementados por dados de mercado de trabalho recentemente divulgados pelo IBGE numa edição

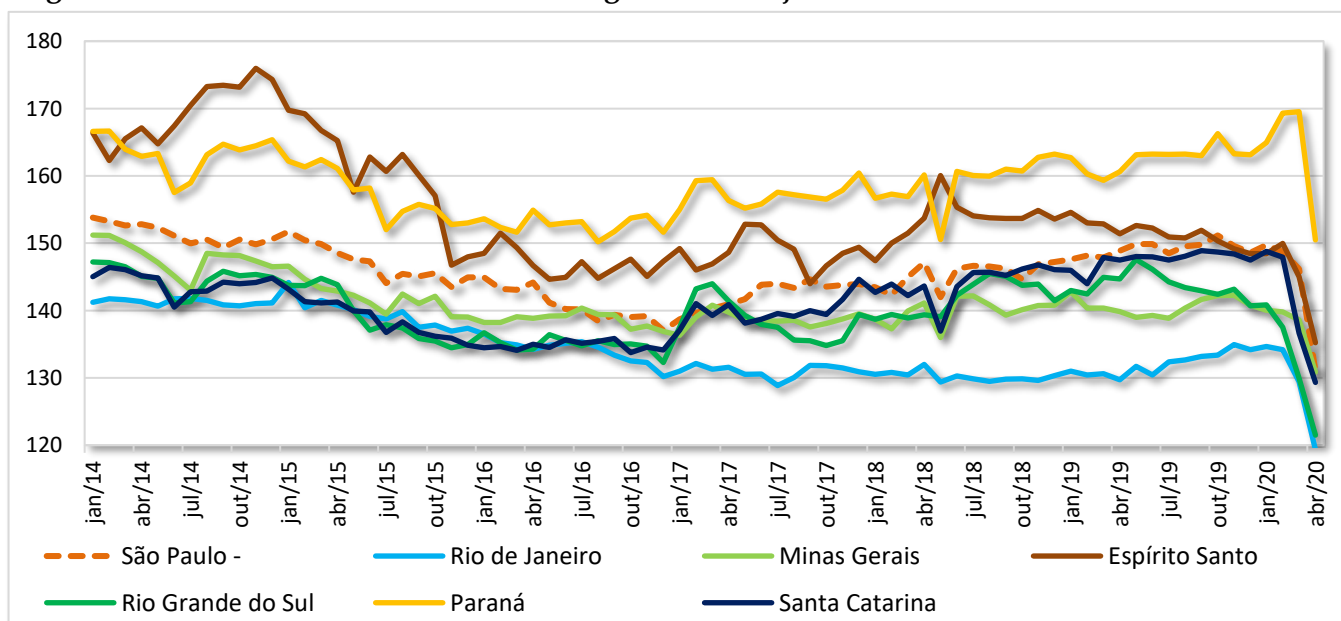
especial da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, denominada PNAD-Covid, que apresentou diversos resultados de indicadores no mês de maio para identificar os impactos da pandemia. Também são apresentados e discutidos dados do emprego formal.

Atividade econômica

A Figura 1 apresenta a evolução do índice de atividade econômica regional do Banco Central para os estados das regiões Sul e Sudeste. Em todos eles, a atividade econômica desacelerou no mês de abril pela influência do avanço da pandemia. Paraná, que vinha apresentando o maior índice, foi o que registrou o maior recuo na atividade na passagem de Mar./20 para Abr./20 (variação negativa de 11,2%), seguido por São Paulo (-10,4%). Santa Catarina (-5,4%), por outro lado, registrou a queda menos intensa da atividade na mesma base de comparação.

Já na comparação entre o mês de Abr./20 e o mesmo mês do ano anterior, o estado catarinense está entre os estados com retrações mais expressivas, registrando queda de 12,3%, atrás apenas do Rio Grande do Sul (-16%). São Paulo aparece na terceira posição dentre os estados analisados, com queda de 12% na atividade econômica na comparação interanual.

Figura 1. Índice de Atividade Econômica Regional (com ajuste sazonal) – Estados do Sul e Sudeste





Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

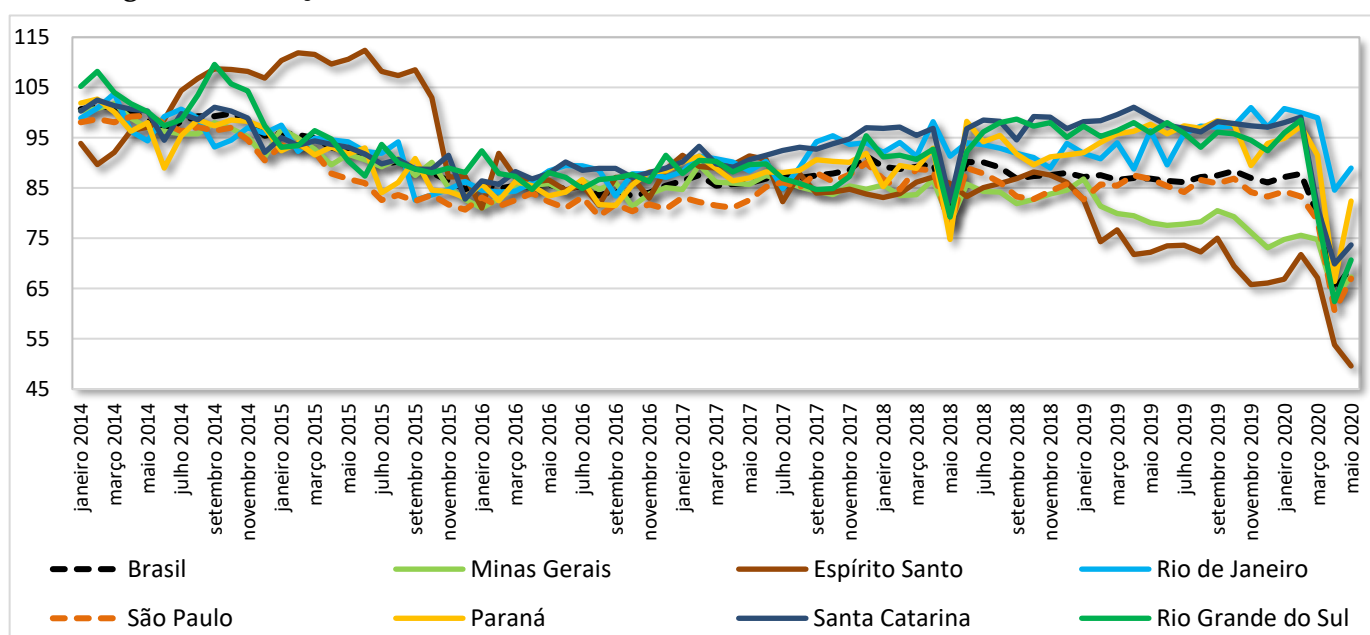
As Figuras 2, 3 e 4 apresentam resultados da atividade setorial. Na Figura 2 estão reportados dados da produção industrial para os estados das regiões Sul e Sudeste. Em Abr./20, quando diversas atividades ficaram paralisadas, os efeitos foram sentidos mais fortemente com queda na produção industrial em 13 dos 15 locais contemplados na Pesquisa Industrial Mensal Regional do IBGE. As quedas mais expressivas ocorreram nos estados do Amazonas (-46,5%), Ceará (-33,9%), Paraná (-28,7%), Bahia (-24,7%), São Paulo (-23,2%) e Rio Grande do Sul (-21,0%). Em todos estes estados, esse foi o pior resultado mensal desde o início da série histórica, em 2002.

Com o começo da flexibilização das medidas restritivas para conter a pandemia da Covid-19 e retorno do funcionamento de algumas unidades produtivas, a produção industrial esboçou reação entre os meses de Abr./20 e Mai./20. Houve expansão em todas as grandes categorias econômicas e em 20 dos 26 ramos de atividades pesquisados.

Em termos regionais, a maior contribuição para a alta de 7,0% na média nacional veio da indústria paulista, que concentra aproximadamente 34% da indústria nacional, registrando aumento de 10,6%, após retração de 27,9% entre Fev./20 e Abr./20. O avanço no estado paulista foi puxado pelo setor de veículos. Paraná (24,1%), Pernambuco (20,5%), Amazonas (17,3%) e Rio Grande do Sul (13,3%) foram os estados com as variações positivas mais expressivas. Espírito Santo (-7,8%), Ceará (-0,8%) e Pará (-0,8%) foram os três estados com queda na produção industrial em Mai./20.

A alta em maio elimina, apenas em parte, a queda de 26,3% acumulada entre março e abril. Segundo o IBGE, o total da indústria ainda se encontra 34,1% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011. Na comparação com maio de 2019, a indústria recuou 21,9%. Em termos regionais, houve queda em 14 dos 15 locais pesquisados. A indústria paulista teve retração de 18,1%, Ceará de 50,8% e Amazonas de 47,3%.

Figura 2. Produção Física Industrial - Indústria Geral – Estados do Sul e Sudeste



Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Industrial Mensal/ IBGE - Período: Jan./14 a Mai./20.

Nota: Índice de base fixa com ajuste sazonal.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielli de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

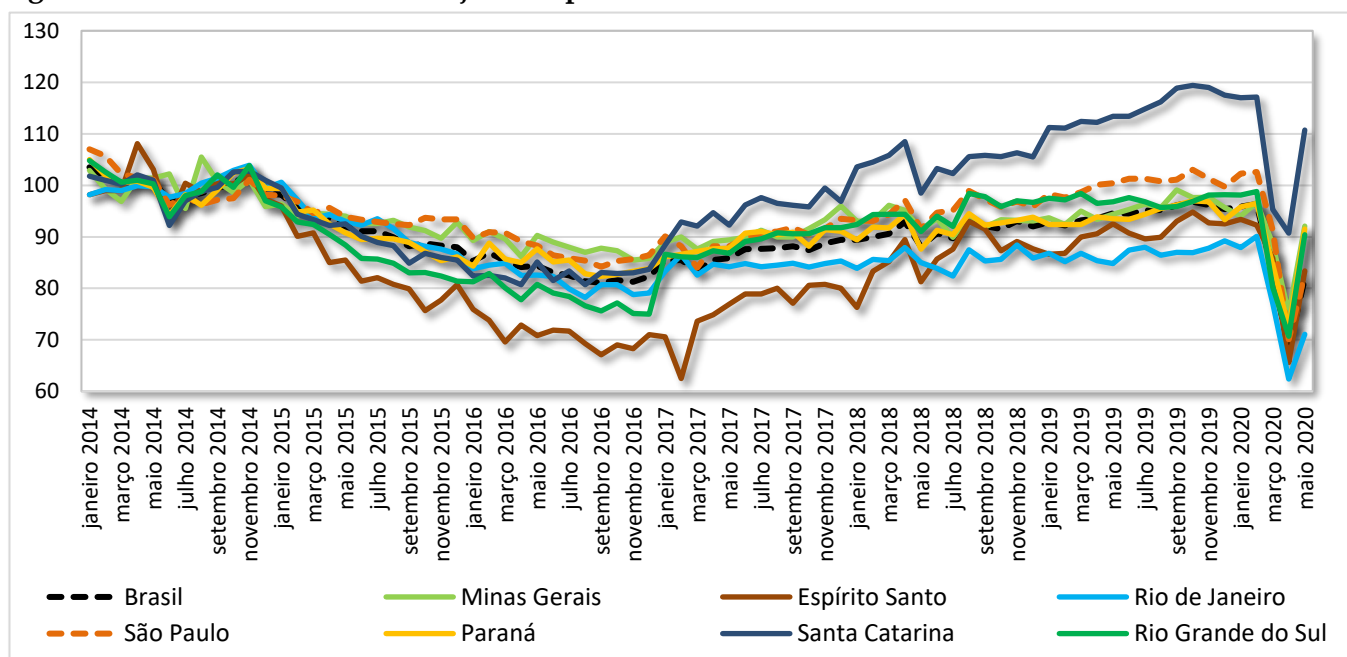
A Figura 3 traz a evolução das vendas no comércio varejista ampliado (que inclui também materiais de construção e automóveis e peças) da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE. Na passagem de Mar./20 para Abr./20, as vendas no varejo ampliado caíram 17,5%, refletindo as quedas de 36,2% na venda de veículos e peças. Dentre os estados analisados, Espírito Santo (-23,4%), São Paulo (-23,3%) e Rio de Janeiro (-18,9%) assinalaram as quedas mais intensas. Minas Gerais (-14,7%), Paraná (-14,3%), Rio Grande do Sul (-9,1%) e Santa Catarina (-1,9%) também registraram retrações.

Na passagem de Abr./20 a Mai./20, as vendas no comércio varejista ampliado cresceram

19,6%, com expansão de 51,7% na venda de veículos e motos, partes e peças, e de 22,2% nos materiais de construção. Todas as 27 unidades de federação assinalaram resultados positivos, com destaque para Rondônia (35,2%), Rio Grande do Sul (27,9%) e Espírito Santo (27,1%). São Paulo assinalou alta de 18,1%.

No confronto com Mai./19, o comércio varejista ampliado recuou 14,9%, refletindo redução das vendas em todos os estados. Amapá (-38,7%), Ceará (-31,3%) e Piauí (-31,0%) registraram os recuos mais intensos.

Figura 3. Vendas no comércio varejista ampliado (2014=100) – Estados do Sul e Sudeste



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio. Período: Jan./14 a Mai./20.

Nota: Índice de base fixa com ajuste sazonal.

Houve queda também nos serviços, como revela a Figura 4. Rio Grande do Sul (-15,2%) e Santa Catarina (-13,9%) foram os estados em que o volume de serviços recuou de forma mais intensa de Mar./20 a Abr./20. Na comparação com

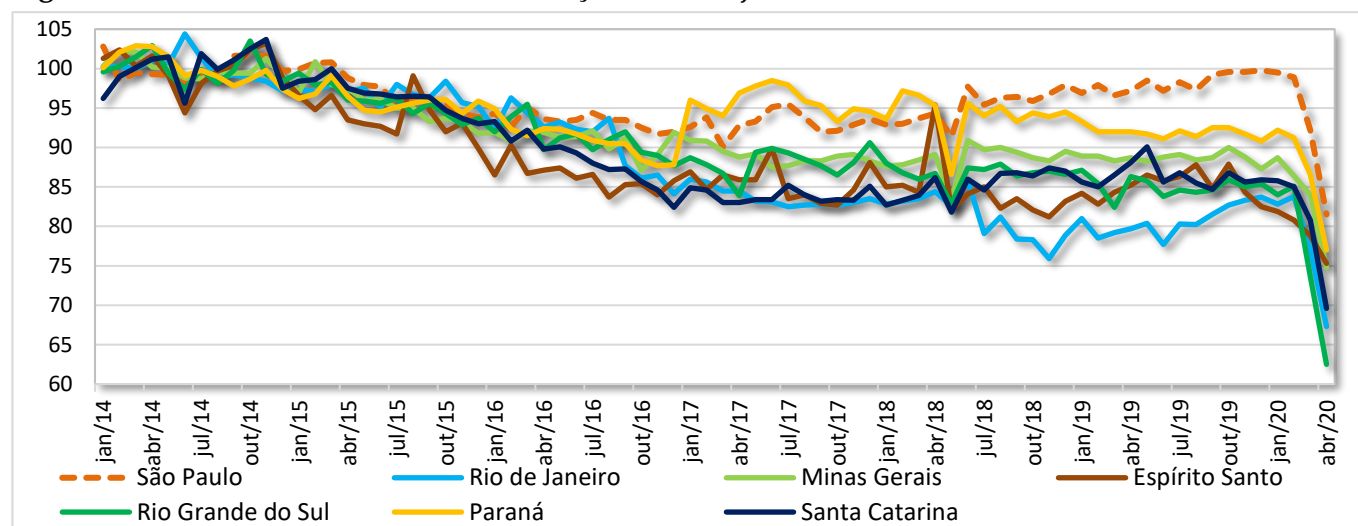
Abr./19, os serviços caíram 27,6% no Rio Grande do Sul e 21% no estado catarinense, também as maiores variações negativas entre os estados analisados. São Paulo registrou recuo de 11,6% na comparação mensal e 16,2% frente a Abr./19.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielli de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

Figura 4. Índice de Volume de Serviços (com ajuste sazonal) – Estados do Sul e Sudeste



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e BCB. Período: Jan./14 a Abr./20.

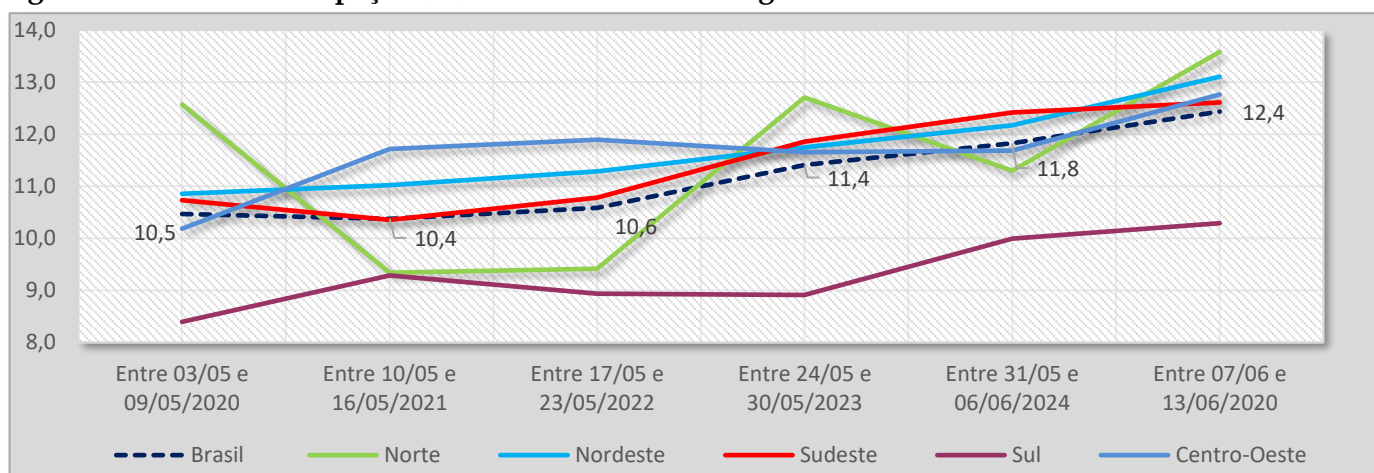
O mercado de trabalho brasileiro e regional no quadro da pandemia

As Figuras 5 e 6 abaixo retratam dados da taxa de desocupação no Brasil, nas grandes regiões e estados brasileiros. Entre a primeira semana de maio e a segunda semana de junho, a taxa de desemprego no país seguiu trajetória ascendente, passando de 10,5% para 12,4. Em todas as grandes regiões, com exceção do Sul (10,3%), a taxa de desemprego ficou acima da nacional na segunda semana de junho e houve aumento frente à primeira

semana do mês, sobretudo no Norte, onde a taxa de desocupação passou de 11,3% para 13,6%.

Entre os estados, Amapá (15,8%), Bahia (14,2%), Acre (12,8%), Alagoas (12,7%) e Goiás (12,6%) registram as taxas de desemprego mais elevadas no mês de maio. São Paulo (11,3%) e Rio de Janeiro (11%) foram os estados do Sudeste com os piores resultados.

Figura 5. Taxa de Desocupação (%) – Brasil e Grandes Regiões



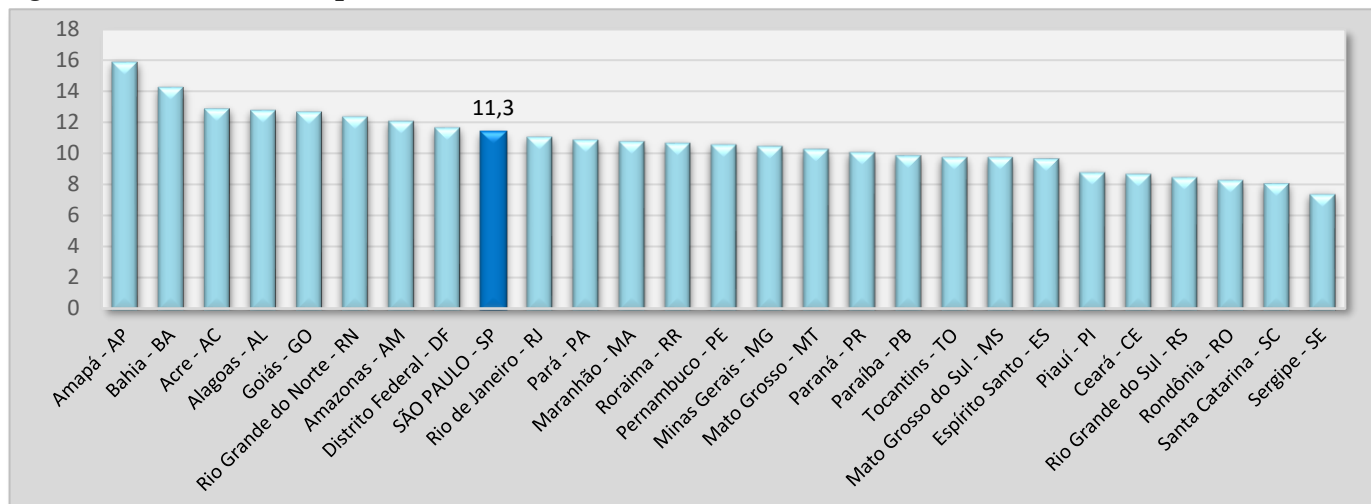
Fonte: PNAD COVID-19 semanal/IBGE.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

Figura 6. Taxa de Desocupação (%)- Unidades de Federação (Maio/2020)

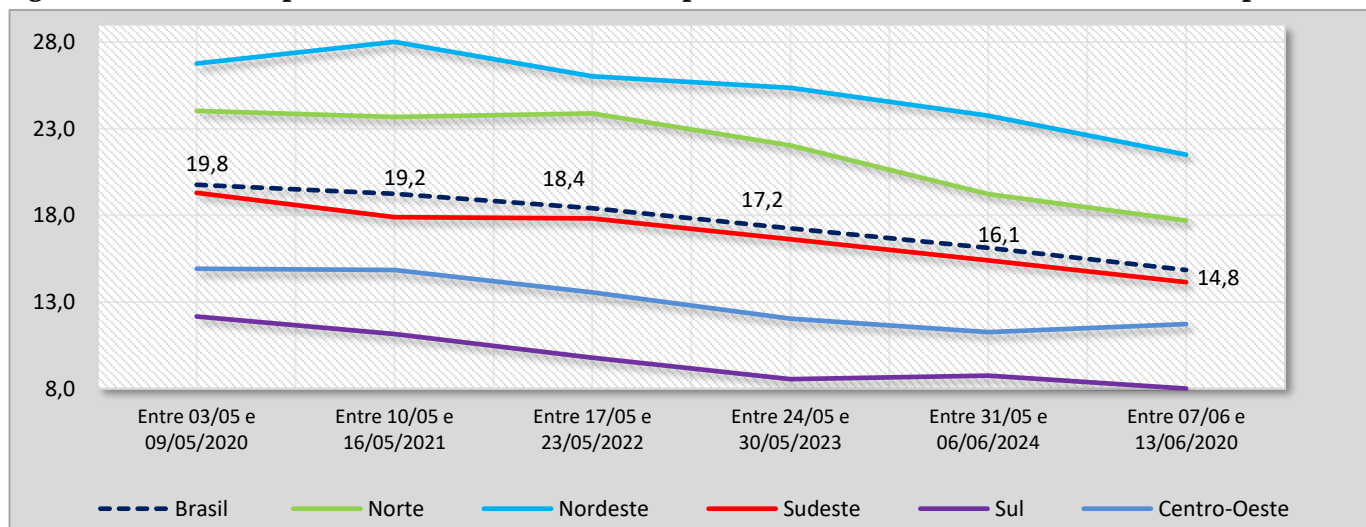


Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020.

As Figuras 7 e 8 trazem o percentual de pessoas ocupadas e que foram afastadas do trabalho devido ao distanciamento social. Na primeira semana de maio, esse percentual era de 19,8%, chegando a 14,8% entre 7 e 13 de junho. O contingente de trabalhadores afastados do trabalho devido ao isolamento social caiu de 13,5 milhões na primeira semana junho para 12,4 milhões na segunda semana do mês.

A região Nordeste apresentou o maior percentual de pessoas afastadas devido ao distanciamento social ao longo de maio e início de junho, seguida pelas regiões Norte e Sudeste. Entre os estados, os maiores registros em maio ocorreram no Amapá (35,20%) e Ceará (32,24%).

Figura 7. Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho pelo distanciamento social no total de ocupados (%)



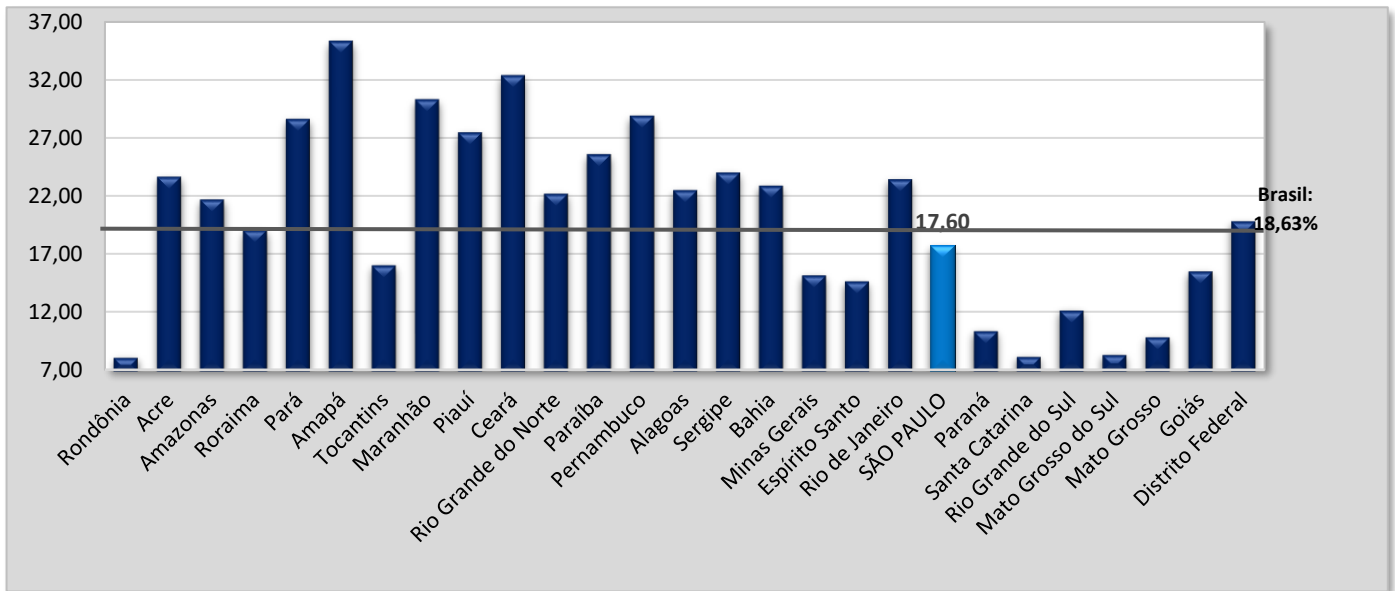
Fonte: PNAD COVID-19 semanal/IBGE. Brasil e Grandes Regiões



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

Figura 8. Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho pelo distanciamento social no total de ocupados (%)



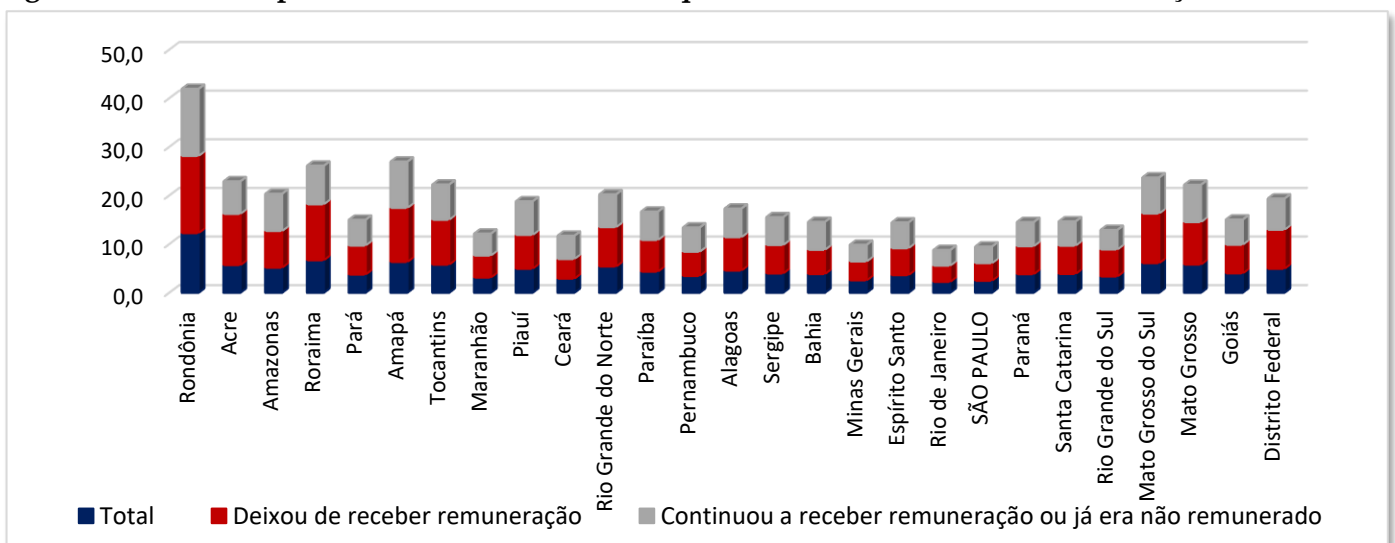
Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020. Brasil e estados brasileiros

Na Figura 9, temos o percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho em duas situações, que deixaram de receber remuneração ou continuaram a receber ou já não eram remuneradas. Os maiores percentuais de trabalhadores afastados que deixaram de receber remuneração

estão em Rondônia (15,9%), Roraima (11,5%), Amapá (11,1%) e Acre (10,5%).

Em São Paulo 3,6% dos afastamentos ocorreram sem remuneração e 3,4% continuaram a receber remuneração ou já eram não remunerados.

Figura 9. Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham (%) – Unidades de Federação (Maio/2020)



Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020.



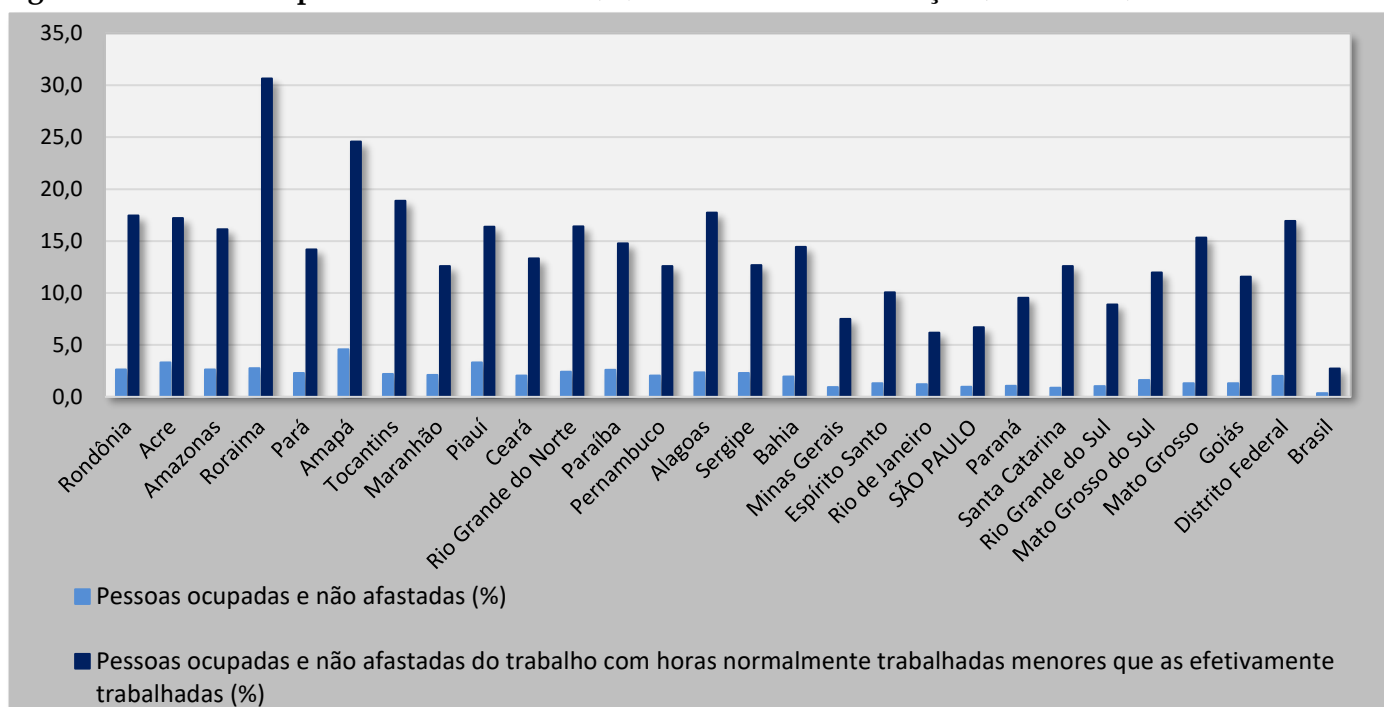
Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

A Figura 10 apresenta o percentual de pessoas ocupadas que não foram afastadas e dos trabalhadores não afastados, mas que tiveram redução na jornada de trabalho. Os maiores percentuais de pessoas não afastadas com redução nas horas trabalhadas foram registrados em estados da

região Norte, com destaque para Roraima (30,7%), Amapá (24,6%) e Tocantins (18,9%). Rio de Janeiro (6,2%) e São Paulo (6,7%) foram os estados com os menores percentuais de afastamentos em que houve redução na jornada de trabalho.

Figura 10. Pessoas ocupadas e não afastadas (%) - Unidades de Federação (Maio/2020)



Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020.

Os dados na Figura 11 são do rendimento efetivamente recebido e normalmente recebido. Em todos os estados, o rendimento efetivamente recebido no mês de maio ficou abaixo do normalmente recebido, com as maiores diferenças ocorridas nos estados de Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Bahia, conforme mostra a Tabela 1. No

estado paulista, o rendimento efetivamente recebido ficou cerca de 19% abaixo do normalmente recebido.

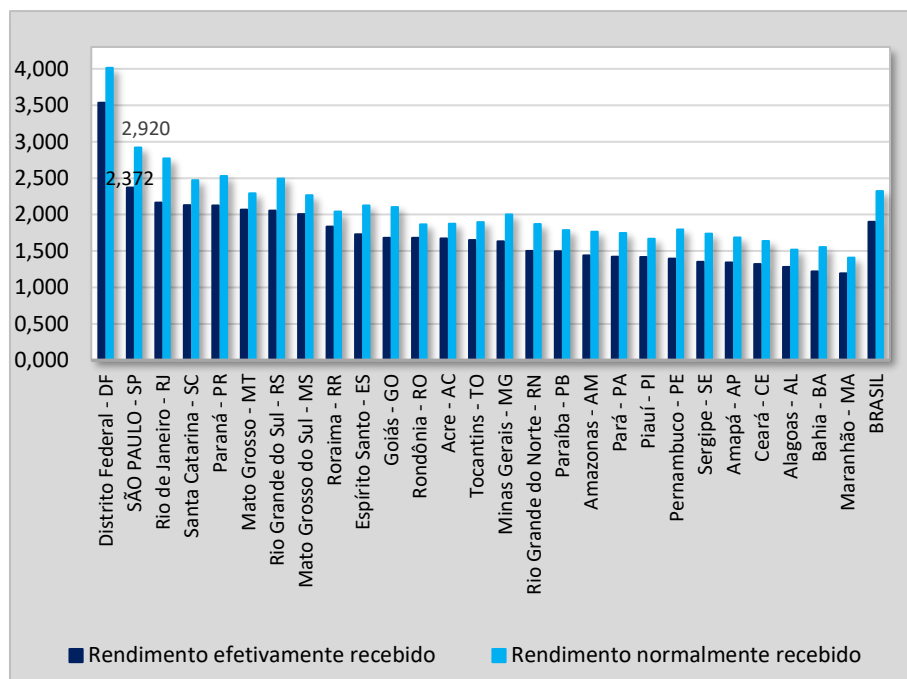
Os resultados mostram que a medida provisória que permitiu a redução salarial no período de pandemia acabou sendo adotada em todos os estados brasileiros.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

Figura 11. Rendimento médio real recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$) – Unidades de Federação (Maio/2020)



Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020.

Tabela 1. Diferença entre o rend. efetivamente recebido e normalmente recebido

Regiões	Varição %
Distrito Federal - DF	-11,9%
SÃO PAULO - SP	-18,8%
Rio de Janeiro - RJ	-21,8%
Santa Catarina - SC	-13,9%
Paraná - PR	-15,9%
Mato Grosso - MT	-9,8%
Rio Grande do Sul - RS	-17,7%
Mato Grosso do Sul - MS	-11,4%
Roraima - RR	-10,1%
Espírito Santo - ES	-18,6%
Goiás - GO	-20,1%
Rondônia - RO	-9,8%
Acre - AC	-10,7%
Tocantins - TO	-12,9%
Minas Gerais - MG	-18,6%
Rio Grande do Norte - RN	-19,7%
Paraíba - PB	-16,4%
Amazonas - AM	-18,4%
Pará - PA	-18,7%
Piauí - PI	-15,1%
Pernambuco - PE	-22,4%
Sergipe - SE	-22,2%
Amapá - AP	-20,4%
Ceará - CE	-19,1%
Alagoas - AL	-15,7%
Bahia - BA	-21,7%
Maranhão - MA	-15,4%
BRASIL	-18,1%

Na Figura 12 são reportados dados do percentual de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho devido ao quadro da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. No Amapá, estado com o maior percentual, 42,9% das pessoas

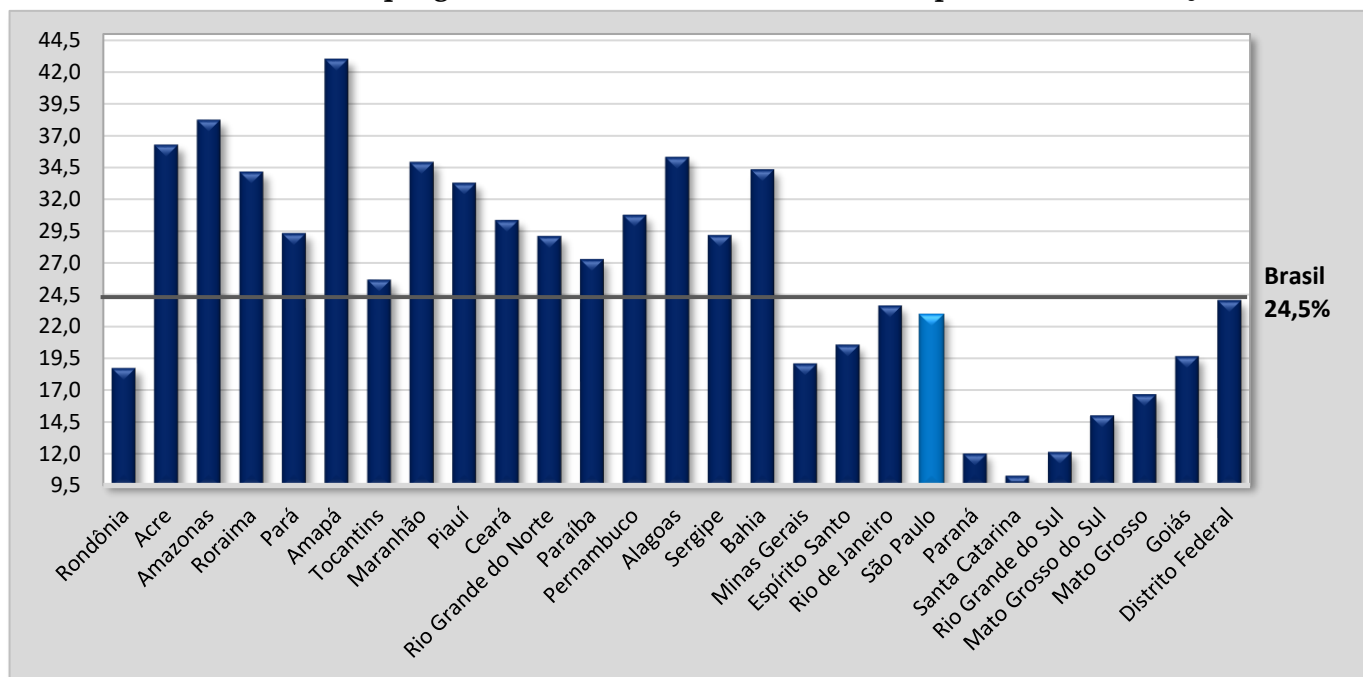
fora da força de trabalho deixaram de procurar emprego devido ao quadro da pandemia ou por falta de trabalho na localidade onde residem. Em São Paulo, esse percentual foi de 22,8%, abaixo da média nacional que foi de 24,5%.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

Figura 12. Pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, mas que gostariam de trabalhar (% no total de pessoas fora da força de trabalho)



Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020.

A Figura 13 traz dados do percentual de domicílios que receberam o auxílio emergencial concedido pelo governo federal aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados como medida de proteção social para enfrentamento da crise decorrente da pandemia.

Segundo a PNAD COVID-19, 38,7% dos domicílios brasileiros, o que representa 26,3 milhões de domicílios, foram beneficiados com o auxílio emergencial em maio. A pesquisa revela

ainda que, 45% da população, quase 94 milhões de pessoas, residem em domicílios onde pelo menos um morador recebeu o benefício.

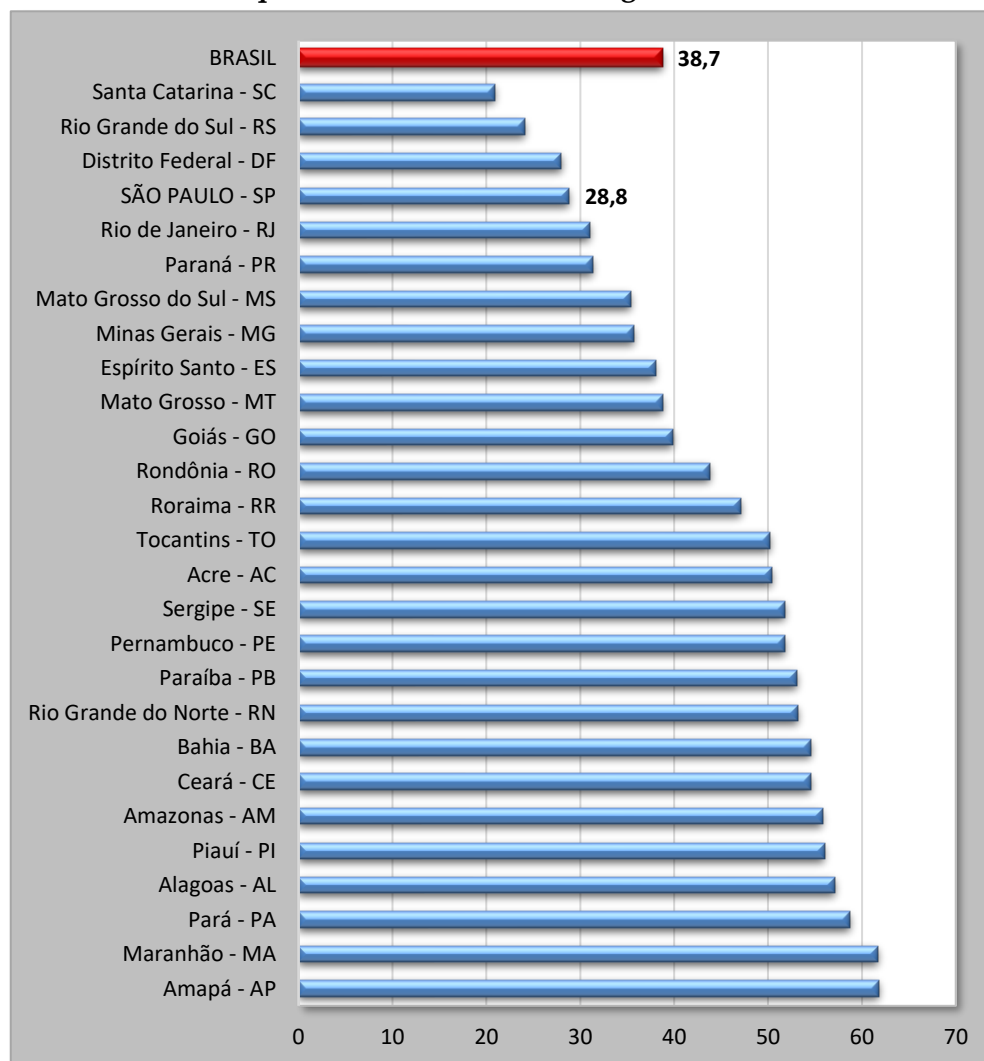
Nos estados do Norte e Nordeste, mais de 40% dos domicílios foram beneficiados com o auxílio emergencial. No Amapá e no Maranhão, esse percentual ultrapassou os 60%. A menor proporção de domicílios beneficiados ocorreu em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, estados com os maiores rendimento domiciliares *per capita*.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

Figura 13. Percentual de domicílios que receberam auxílio emergencial no total de domicílios (%)



Fonte: PNAD COVID-19 mensal/IBGE. Maio/2020.

Mercado de Trabalho Formal

Esta seção traz informações sobre o emprego formal no Brasil, estados e Regiões Administrativas (RAs) de São Paulo. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério da Economia e referentes aos meses de janeiro a maio de 2020.

A Figura 14 mostra que, em maio, o saldo líquido do emprego formal no país foi negativo

em 331.901 vagas, o pior desempenho para o mês desde o início da série histórica, em 2010. O resultado revela uma melhora frente a abril, quando foram destruídos 902.841 postos de trabalho. Na comparação com maio de 2019, as contratações caíram 48%.

Na desagregação setorial, *serviços* registrou o pior desempenho, com 143.479 demissões



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

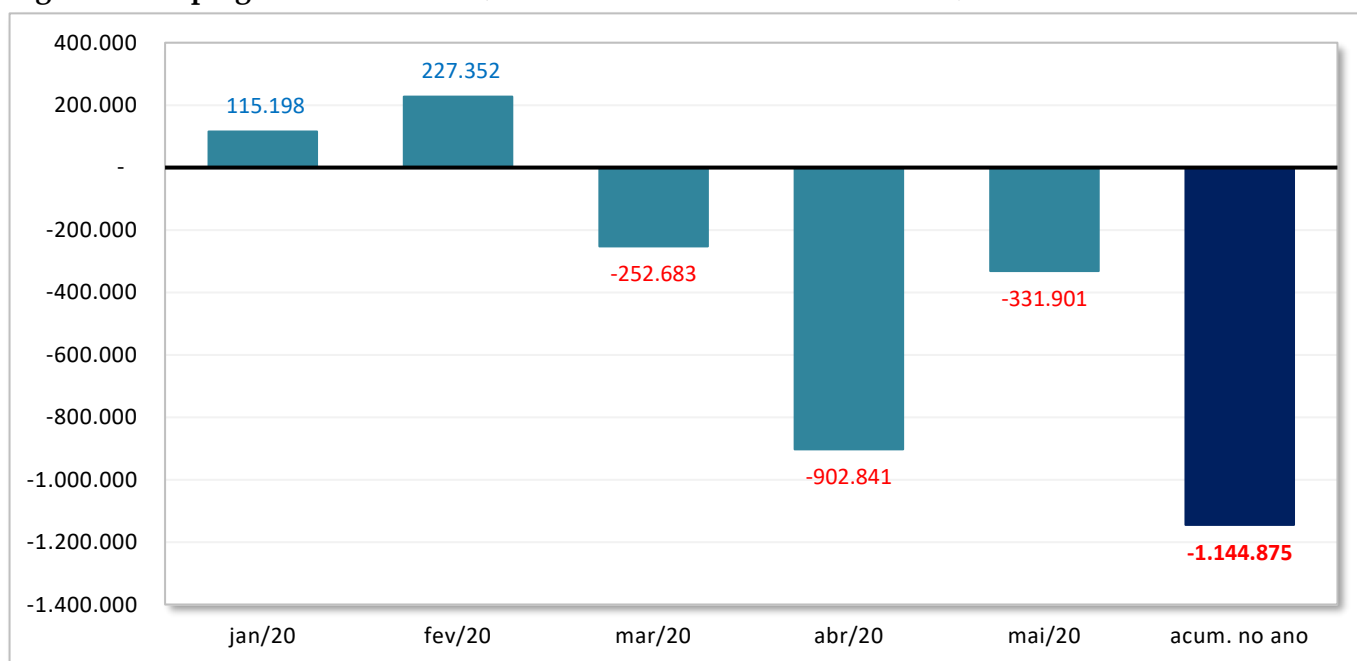
líquidas. Comércio (-88.739 vagas líquidas), indústria (-96.912 vagas líquidas) e construção (-18.758 vagas líquidas) também assinalaram resultados negativos. Apenas a agropecuária (+15.993 vagas líquidas) contratou.

As cinco regiões do país perderam vagas com carteira assinada em maio. No Sudeste foram perdidos 180.466 empregos com carteira assinada, no Sul, o saldo foi negativo em 78.667. Nordeste (-50.272), Centro-Oeste (-12.580) e Norte (-10.151) aparecem na sequência.

Entre os estados, apenas no Acre houve criação de vagas em maio, com saldo líquido de 1.127 contratações. Os piores resultados foram registrados nos estados de São Paulo (-103.985), Rio de Janeiro (-35.959) e Minas Gerais (-33.695).

No ano, o mercado de trabalho brasileiro acumula perda de mais de 1 milhão de vagas de emprego com carteira assinada.

Figura 14. Emprego Formal - Brasil (Saldos mensal e acumulado no ano)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED.

A Tabela 2 apresenta resultados do emprego formal com foco em São Paulo e suas regiões administrativas. Em Abr./20 quando várias atividades foram paralisadas e diversas unidades produtivas interromperam a produção durante o mês inteiro, todas as regiões registraram demissões, o que também ocorreu em Mai./20, mas em menor intensidade. Na RA de Barretos, houve

uma reversão positiva, com o saldo passando de negativo para positivo.

Em Mai./20, a RA de São Paulo fechou 50.549 postos de trabalho, as RAs de Campinas (-19.895), São José dos Campos (-5.964) e São José do Rio Preto (-4.641) registraram os piores saldos mensais.



Julho/2020

Profs. Rudinei Toneto Jr., Amaury Gremaud e Luciano Nakabashi (Coordenadores)
Francielly de F. Almeida, André Luís Menegatti, Eduardo Teixeira

No ano, o estado de São Paulo acumulou uma destruição líquida de 39.554 vagas formais de trabalho. Apenas Araçatuba registrou saldo positivo, criando 1.312 postos de trabalho no acumulado de janeiro a maio.

No acumulado entre março e maio, período que captura os efeitos da pandemia no desempenho econômico, o estado de São Paulo fechou 460.210 postos de trabalho.

Na RA de Ribeirão Preto foram fechados 4.983 postos de trabalho no acumulado do ano,

sendo destruídas 3.988 vagas em Mai./20 e 11.993 postos de trabalho entre Mar./20 e Mai/20.

Dessa forma, os dados apresentados indicam que a COVID-19 tem impactado negativamente as distintas RAs do estado de São Paulo, sendo que abril de 2020 foi o mês de maior destruição de empregos formais. Adicionalmente, a maior parte das RAs já apresentou cenário de destruição líquida de vagas em Mar./20.

Tabela 2. Emprego Formal CAGED – Saldos mensal, acumulado no ano e entre Março e Maio

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	ACUM. NO ANO	ACUM. MARÇO - MAIO
ARAÇATUBA	1.852	2.011	1.963	- 2.385	- 2.129	1.312	- 2.551
BARRETOS	- 2.243	- 854	- 1.105	- 600	1.355	- 3.447	- 350
BAURU	1.104	2.942	368	- 5.044	- 2.042	- 2.672	- 6.718
CAMPINAS	4.552	11.830	- 11.766	- 41.821	- 19.895	- 57.100	- 73.482
FRANCA	2.711	2.740	309	- 6.944	- 4.436	- 5.620	- 11.071
ITAPEVA	- 223	213	- 602	- 1.688	- 844	- 3.144	- 3.134
MARÍLIA	703	1.907	167	- 2.814	- 1.442	- 1.479	- 4.089
PRESIDENTE PRUDENTE	156	1.438	188	- 2.115	- 993	- 1.326	- 2.920
REGIÃO ADM. CENTRAL	1.249	748	- 3.318	- 3.795	- 5	- 5.121	- 7.118
REGISTRO	- 9	430	- 255	- 726	- 575	- 1.135	- 1.556
RIBEIRÃO PRETO	3.602	3.408	- 1.240	- 6.765	- 3.988	- 4.983	- 11.993
SANTOS	- 1.416	529	- 3.574	- 6.389	- 2.961	- 13.811	- 12.924
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2.571	4.251	1.853	- 7.464	- 4.641	- 3.430	- 10.252
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	132	1.888	- 6.755	- 13.315	- 5.964	- 24.014	- 26.034
SÃO PAULO	25.131	42.815	- 56.108	- 157.214	- 50.549	- 195.925	- 263.871
SOROCABA	1.858	2.630	- 3.946	- 13.325	- 4.876	- 17.659	- 22.147
ESTADO DE SP	41.730	78.926	- 83.821	- 272.404	- 103.985	- 339.554	- 460.210

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED.